

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POLÍTICA SOCIAL E FAMÍLIA: ENTRE A PROTEÇÃO E A RESPONSABILIZAÇÃO

Bruna Cristina Faustino de Souza¹

RESUMO

A definição de família não é um fenômeno natural, a-histórico e de caráter universal e sim uma criação social e histórica mutável. Um fator que se materializa como unanimidade na história dessa instituição, todavia, é o seu protagonismo na proteção social. O desmonte das políticas públicas sob a égide do neoliberalismo alavanca, ainda mais, tais requisições. É a partir dessas reflexões, que este artigo tem como objetivos captar a concepção de família e suas diversas configurações, assim como seu papel na proteção social ao longo da história. Como caminho metodológico, se caracteriza como uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo e de cunho bibliográfico. Os resultados do estudo, apontam a convocação histórica destinada à família na proteção social global e brasileira, do mesmo modo que evidencia a apropriação do tempo social da figura feminina neste processo.

Palavras-Chave: Família; Proteção Social; Política Públicas.

ABSTRACT

The definition of family is not a natural, ahistorical and universal phenomenon, but a mutable social and historical creation. One factor that materializes as unanimity in the history of this institution, however, is its role in social protection. The dismantling of public policies under the aegis of neoliberalism leverages such requests even more. It is from these reflections that this article aims to capture the concept of family and its various configurations, as well as its role in social protection throughout history. As a methodological path, it is characterized as an exploratory research, qualitative and bibliographical. The results of the study point to the historical call for the family in global and Brazilian social protection, just as it highlights the appropriation of social time by the female figure in this process.

Key words: Family; Social Protection; public politics;

¹Assistente Social, especialista em Urgência e Emergência pela Universidade Federal de São Paulo, mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1. INTRODUÇÃO

Compreender o delineamento da instituição família, admitindo, antes de mais nada, o quanto o seu conceito é polissêmico e complexo é essencial para o debate. A definição de família, portanto, não é um fenômeno natural, a-histórico e de caráter universal, pelo contrário, é uma criação social e histórica mutável, que se define e se transforma conforme a estrutura social dada. Deste modo, sua concepção decorre diretamente da organização da sociedade e de seus determinantes estruturais (CARLOTO, 2005).

Ribeiro (1999 apud STAMM; MIOTO, 2003) concorda que a conceituação de família é tarefa complexa e nos convida a refletir que essa análise possui ainda mais entraves, quando o sujeito que se empenha em realizá-la utiliza como parâmetros seus próprios valores, crenças e experiências pessoais. Há uma tendência, conforme preconiza a autora, de conceituarmos família a partir de nossas próprias famílias. Assim, é mais que primordial destacar que devemos nos despir de nossas referências pessoais para pensar essa instituição, uma vez que não podemos falar em um único conceito de família, muito menos propiciar raciocínios em torno desta discussão que transformem diferenças em desigualdades ou incompletudes.

Quando olhamos para a história, pensar sobre família nos exige refletir sobre a construção e a reconstrução de conceitos ao longo dos séculos, amplamente disseminados pelas ciências sociais. O constructo sobre a família brasileira nesta área de conhecimento, contudo, como pontuado por Bertelli e Moser (2018), estabeleceu-se sob um terreno fértil para determinismos e generalizações. Este campo de estudo, recorrentemente, pautou sua compreensão sobre famílias em construções que dialogam com a lógica europeia, no entanto, quando usamos tais referenciais para compreender a família brasileira, identificamos obstáculos importantes.

No período anterior à invasão do colonizador em território brasileiro, os povos originários, por exemplo, já desenvolviam sua sociabilidade e, portanto, suas formas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

de organização, que resultavam em modelos próprios de família. Prática esta, que se estendeu à chegada do povo africano, escravizado e sequestrado para nosso país, que também estabeleceu formas de organização particular, apesar dos limites postos, resultando em referências de famílias. Entretanto, como destacado por Skymanski (1992): “foi o modelo europeu dos colonizadores que se impôs como modelo social de família”.

Este modelo, contudo, encontrou uma aplicabilidade extremamente restrita para realidade brasileira. Essa contradição, inclusive, pode ser vislumbrada em diversas situações, onde observamos a tensão entre a família “pensada” e a família “vivida” (SKYMANSKI, 1992). Um exemplo que nos salta os olhos, no que diz respeito a tal problemática, materializa-se no conceito de mulheres se dedicarem exclusivamente ao mundo privado, no modelo de família “institucionalizado”, em contraponto a atribuição da chefia de família à mulheres, assim como, a ausência da figura masculina nas configurações familiares, fatos recorrentes na realidade de nosso país. Como declara Bertelli e Moser (2018): “a dita inclusão das mulheres no mercado de trabalho nunca foi novidade para as mulheres negras e pobres”.

Um fator, contudo, que se materializa como unanimidade na história das famílias no Brasil e no mundo, é o protagonismo dessa instituição no contexto da proteção social. Barcelos (2011) nos alerta que ao observar as contribuições das diversas disciplinas científicas, especialmente das ciências sociais, podemos perceber inúmeras definições que centram seus interesses na família enquanto locus de proteção social.

A família, ao longo da história e em diferentes sociedades, exerceu papel fundante no desenvolvimento da proteção social. Lima (2006 apud BARCELOS, 2011) ressalta, inclusive, que a relação entre família e proteção social cruza a história da humanidade e está inteiramente vinculada aos aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos que compõem a vida em sociedade.

Partindo deste pressuposto e dos referenciais teóricos estabelecidos em torno desta temática, este artigo tem como caminho metodológico, a elaboração de uma

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

pesquisa exploratória, de caráter qualitativo e de cunho bibliográfico, que visa compreender as contradições inerentes a discussão da instituição família, que tem se caracterizado como uma verdadeira parceira do poder público. Cenário este que se potencializou ainda mais na conjuntura neoliberal, que alavancou o subfinanciamento e a precarização das políticas sociais em nosso país e em todo mundo.

2. A FAMÍLIA COMO REFERÊNCIA PARA A PROTEÇÃO SOCIAL: REALIDADE GLOBAL E BRASILEIRA

Ao falarmos de políticas sociais é primordial compreender, antes de mais nada, sua articulação com a política econômica e a luta de classes, resultado de relações complexas e contraditórias estabelecidas entre Estado e sociedade civil, desenvolvidas no processo de produção e reprodução do capitalismo. O antagonismo capital e trabalho demarca a condição histórica e social das políticas sociais e confere o contraste de sua natureza: “A política social é resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribui para a sua reprodução” (NETTO, 2005, p. 59 apud BARCELOS, 2011, p. 25).

Assim, as políticas sociais assumem por um de seus ângulos, a função de garantir a reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade do capital, assegurando a manutenção do *status quo*, mas também, do mesmo modo, podem ser centrais na agenda de lutas dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para essa classe e impor limites aos ganhos do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 38).

A relação da família com os sistemas de proteção social é tema de ampla discussão, tendo destaque neste contexto a investigação sobre o papel das famílias na reprodução social, assim como as condições em que tal realidade se constrói. É possível vislumbrar a ampliação desse debate a partir da década de 1970, especialmente no que concerne à categoria trabalho, que ganhou espaço no escopo dos estudos feministas de orientação marxista.

Tal fato permitiu possibilidades de análise sobre a família, não só em sua

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



relação com o mercado, mas, também em sua relação com o Estado. Além disso, viabilizou a compreensão de que a família, através do trabalho não remunerado de mulheres, se estrutura como um dos pilares do Estado de bem-estar social em diversos países, determinando-se não só como unidade social fundamental para a sociedade, mas também como unidade econômica na distribuição de bens e serviços (MIOTO, 2015, p. 703).

Alguns autores, inclusive, passaram a tipificar as principais tendências de incorporação da família no campo da política social, tendo como premissa o peso dessa instituição na reprodução do bem-estar. Atualmente, a grosso modo, considera-se duas principais referências em disputa para se refletir o papel da família na proteção social, sendo elas a proposta familista e a proposta protetiva como sugere Mioto (2010) ou o familismo e a desfamilização como afirma Esping-Andersen (1991).

A proposta familista, delineada no interior do desenvolvimento capitalista e do liberalismo econômico entre os séculos XVIII e XIX, reside na perspectiva da existência de dois canais naturais para a satisfação de necessidades dos indivíduos: a família e o mercado. É apenas quando esses canais falham, que a interferência pública por parte do Estado deve ocorrer e, ainda sim, de maneira transitória. Ou seja, a incorporação da família na política social neste ideal, se coloca através da falência dessa instituição, esquematizando uma proteção social compensatória e temporária com uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado.

“O familismo ou um Estado de bem-estar familiarista é aquele que designa o máximo de obrigações de bem-estar para a unidade familiar. Neste sistema, “as políticas públicas consideram – na verdade insistem – que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade sobre seus membros” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 66 apud BARCELOS, 2011, p. 34).

Neste bojo, também é possível notar a disseminação da culpabilização das famílias por sua incapacidade de gerir e otimizar recursos, assim como de desenvolver estratégias para sua manutenção. Neste cenário, as dificuldades de provisão de bem-estar advindas, por exemplo, do desemprego ou do adoecimento, passam a ser consideradas “problemas” da família e não questões estruturais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



permeadas pela configuração de uma sociedade pautada sob a égide do capitalismo, do patriarcado e do racismo.

Neste contexto, assistimos a desresponsabilização, cada vez mais acentuada, do Estado na garantia dos direitos sociais, transmutada na focalização das políticas sociais, como destaca Miotto (2010, p. 170):

“A crítica mais contundente à afirmação da família como referência das políticas públicas, na atualidade, está associada à regressão da participação do Estado Social na provisão de bem-estar. Ou seja, desvia da rota da garantia dos direitos sociais através de políticas públicas de caráter universal e entra na rota da focalização das políticas públicas nos segmentos mais pauperizados da população, fortalece significativamente o mercado enquanto instância de provisão de bem-estar e aposta na organização sociedade civil como provedora. Nessa configuração a família é chamada a reincorporar os riscos sociais e com isso assiste-se um retrocesso em termos de cidadania social”.

A proposta protetiva (ou desfamilização), por sua vez, consiste na afirmação da proteção social mediante a garantia de direitos sociais universais. Esping-Andersen (1991) conceitua a desfamilização como o abrandamento da responsabilidade familiar em relação a provisão de bem estar social, mediante a disponibilização de medidas via Estado ou da provisão do mercado: “[...] aquelas políticas que reduzem a dependência individual da família e que maximizam a disponibilidade de recursos econômicos por parte do indivíduo independente das reciprocidades conjugais e familiares” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 66 apud BARCELOS, 2011, p. 35).

A presença do Estado neste ideal pressupõe, portanto, a diminuição dos encargos familiares, possibilitando políticas sociais em uma perspectiva que visa “socializar antecipadamente os custos enfrentados pela família, sem esperar que a sua capacidade se esgote” (MIOTTO, 2010, p. 171).

As duas tendências expostas apresentam o tensionamento dos projetos no campo da proteção social em voga ao longo da história da humanidade e, especialmente, nos dias atuais, o que representa um impacto direto no desenvolvimento de políticas públicas em todos os seus níveis, ou seja, desde sua

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



formulação até seu processo de implementação e execução.

Mioto e Campos (2003) nos apresentam, ainda, uma segunda tipificação que revela a posição da família nos distintos sistemas de proteção social: 1) a família nos sistemas de proteção social de orientação social-democrata; 2) a família do provedor masculino; e 3) o sistema de proteção social familista.

Nos sistemas de proteção social de orientação social-democrata, o Estado socializa antecipadamente os custos enfrentados pela família sem esperar que a sua capacidade se esgote, o que diminui os encargos sobre a família. Já a família do provedor masculino é comum nos países de Estado de Bem-Estar Social onde a referência é o trabalhador assalariado, e pauta os benefícios na família do trabalhador masculino; nesse sistema cabe à mulher o cuidado dos filhos e da casa. No sistema de proteção social familista, a família assume a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros (CAMPOS; MIOTO, 2003).

Quando pensamos na incorporação da família nas políticas sociais na realidade brasileira, é importante atentar ao fato de nosso país nunca ter experimentado um regime de estado semelhante ao de bem-estar social, o que imprime características próprias para nossa proteção social, merecendo destaque a focalização - com ações direcionadas à população pauperizada - em detrimento a universalidade.

“A constituição do processo do sistema de proteção social foi marcada pela estrutural desigualdade sócio-econômica, voltada à população empobrecida, excluída do mercado formal de trabalho, como modelo centrado no trabalhador urbano juntamente a uma estrutura assistencial meritocrática de distribuição” (MIOTO; CAMPOS; LIMA, 2006).

Apesar de não ter experimentado o “Estado de Bem Estar Social”, o Brasil, na década de 1980 trava uma luta popular em prol da democracia, luta essa, que culminou na Constituição Federal de 1988. Entre as principais conquistas deste documento, podemos citar a instituição do sistema de seguridade social. No entanto, tais ganhos não foram suficientes para lidar com os desmontes previstos pela ideologia neoliberal executada no Brasil à partir da década de 1990, inviabilizando o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



direcionamento progressista da Carta Magna e processando o que denominamos como contra-reforma do Estado (BEHRING E BOSCHETTI, 2007).

Desde então, o desmonte de tais políticas vêm sendo realizado sob o argumento da crise fiscal que o Estado enfrenta, sendo os gastos sociais ditados pela lógica econômica (IAMAMOTO, 2015). Assim, a seguridade social, pode ser apontada como uma das principais afetadas por tal ofensiva.

É possível afirmar que a proteção social brasileira foi se desenhando, ao longo da sua história, sob o caráter familista, assim, mesmo com a tentativa de universalização de direitos advinda da idealização da constituição cidadã, não podemos deixar de frisar a significativa expectativa do protagonismo das famílias na provisão do bem-estar social em nosso país e conseqüentemente, a responsabilização destinada a esta instituição no campo das políticas sociais:

“Diante disso, pode-se dizer que a partir dos anos 1990 se acirra no Brasil um processo de disputa entre diferentes projetos políticos para a sociedade brasileira, nos quais a questão da proteção social joga papel fundamental. Nesse âmbito, o processo é caracterizado, por um lado, pela tensão entre a afirmação da proposta de institucionalização da proteção social nos moldes definidos pela Constituição de 1988 e a sua desconstrução através da retração do Estado. Esta inclui tanto as privatizações como a adesão ao princípio da focalização nas políticas públicas e a afirmação do pluralismo de bem-estar. Por outro lado, pela tensão entre a afirmação da família como parceira na condução das políticas sociais e a sua “desfamiliarização”. Mesmo com os avanços advindos da Constituição de 1988, a regulamentação das diferentes políticas sociais [...] ainda pautou a família como ator importante na provisão de bem-estar” (MIOTO, 2008, p. 143).

É importante pontuar que a convocação das famílias na condução das políticas sociais se destaca, inclusive, no aparato legislativo dos diversos países. No Brasil, nossa constituição tem uma declarada concepção familista, que responsabiliza e onera essa instituição (CAMPOS; MIOTO, 2003). Assim, por mais que se reconheçam os avanços, é fundamental destacar que as políticas sociais nos países pobres, ainda são orientadas pelos ditames dos organismos internacionais, com critérios que reiteram a focalização, a privatização e a transferência de ações e serviços para o mercado e sociedade civil, essencialmente, às famosas Organizações Não Governamentais e à família (BEHRING, 2009).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Deste modo, podemos ressaltar que as configurações das políticas sociais no Brasil nos últimos anos foram construídas a partir do corte de gastos estatais na direção do projeto neoliberal, tendo destaque em sua condução a focalização, a privatização e a participação da sociedade civil em sua execução. Tal contexto ampliou de forma ainda mais significativa, a já existente requisição de famílias na provisão da proteção social em nosso país, como reitera Barcelos (2011, p. 32):

“Apesar de, no Brasil, a família sempre ter tido um papel de destaque na provisão da proteção social de seus membros, a crise do Estado de Bem-Estar, em escala global, implicou na ênfase da autonomia familiar como possibilidade de atender suas necessidades. Pretendeu-se transformar a família em recurso para todas as dificuldades do mundo globalizado e de uma sociedade de riscos. Dessa forma, mesmo que em proporções diferentes nos diferentes países, ocorreu a supervalorização da família no âmbito das políticas sociais”.

Algumas materializações da incorporação das famílias na provisão do bem-estar social no Brasil podem ser exemplificadas pelas características de determinadas políticas públicas. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), datada do ano de 2004, por exemplo, tem como uma de suas diretrizes a preconização de que a família deverá ter a centralidade para a concepção e a implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. A matricialidade sociofamiliar também se apresenta como base de organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A concepção de família exposta no documento, apesar de estar mais aberta e ampla, por compreender diversos arranjos familiares, ainda mantém as mesmas expectativas sobre o papel da família e suas responsabilidades enquanto um grupo/arranjo de proteção e cuidados dos indivíduos, principalmente no que se refere ao papel da mulher/mãe, encarado como o principal elemento provocador de mudanças, tendo um papel ativo para a configuração de uma “boa família”.

Assim, não é raro vislumbrar como as famílias - e mais especificamente, como as mulheres - são responsáveis pelo cumprimento de determinadas condicionalidades para a efetivação de acesso à direitos sociais e como o trabalho do conjunto de serviços da seguridade social são, geralmente, direcionados a esta

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



instituição e a sua capacidade de se reinventar para superar sua condição, considerada, muitas vezes, “disfuncional”. Tal fato expõe a contradição latente entre a proteção e a responsabilização, observadas na política de assistência social:

“Atualmente, por exemplo, a família assume centralidade para o desenvolvimento da política de assistência social, numa perspectiva contraditória, em que se oferece proteção e se reconhece a variedade de experiências familiares, mas em contrapartida continua-se com o reforço da responsabilização pela educação e criação dos filhos, sem os apoios devidos da sociedade, além da gestão de problemas que extrapolam sua capacidade”. (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 26).

Segundo Campos e Teixeira (2010) os encargos familiares com a proteção social no Brasil também podem ser medidos pelo subdesenvolvimento da rede de serviços dirigidos à família, desprezada, no Brasil, em função da ênfase em transferências financeiras, que impõem restrições significativas aos gastos públicos com as políticas sociais:

“Em relação aos serviços de creches, para o total de crianças de zero a três anos de idade, segundo o IBGE (2006), a frequência era de apenas 13,3%. Este acesso era ainda mais restritivo às famílias pobres, com rendimentos de até 1/2 salário mínimo per capita, com um percentual de 8,6%, bem abaixo da média, enquanto que, para as crianças de famílias com rendimento acima de três salários mínimos a taxa chegava a 35,8%. Este é certamente um fator de restrição ao trabalho das mulheres no mercado e de ampliação da sua carga horária semanal de serviços domésticos. Isso sem contar a insuficiência de serviços domiciliares de atendimento aos idosos dependentes, crianças com deficiência, serviços de ocupação do tempo livre, de socialização, de formação para a cidadania, de capacitação para o mercado de trabalho para jovens, adultos sem emprego, dentre outros eventuais membros das famílias” (Idem, p. 25-26).

O caráter familista da política social brasileira se destaca e revela como o Estado continua definindo suas propostas de intervenção com base na capacidade dessa instituição de se reinventar, proteger e cuidar de seus membros, deixando de assumir, assim, sua função de garantia da proteção social. A fase neoliberal do capital, por sua vez, acirra ainda mais tais relações, restringindo os investimentos sociais e projetando medidas de solidariedade social, onde o papel da família merece destaque. Vislumbramos, deste modo, como a família é colocada, cada vez mais,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



como um recurso para o suprimento das dificuldades do mundo globalizado e de uma sociedade de riscos e o quanto tal proposta mostra-se questionável.

Ferreira (2017, p. 21-22), neste bojo, reflete como a orientação familista e maternalista das políticas públicas, antes de se materializar em uma orientação ideológica ou um reforço a papéis sociais naturalizados, repousa em um fato concreto: “a apropriação do tempo social e das práticas constituintes da reprodução privada, em mecanismo de ação do Estado”. Assim, a autora revela uma dimensão que circunda o discurso da humanização e da participação familiar: “a apropriação do tempo, dos saberes e das práticas de cuidado familiares como modelo de atenção sob o discurso da humanização e do cuidado familiar [...], se institui e naturaliza o precário”.

A luz das reflexões empreendidas por autoras que compõem o pensamento crítico feminista, também não podemos deixar de observar que as mulheres, com um relevo especial para sua parcela racializada, adquirem um papel singular nas diversas dimensões de responsabilização destinada às famílias, ocupando lugar de destaque nas atividades assumidas por esta instituição. Podemos afirmar que a produção e reprodução do viver tem como um de seus primeiros atos históricos a relação estabelecida entre os sexos e a divisão do trabalho entre eles, que se estrutura sob o molde da subordinação, o que confere acentuadas desigualdades sociais ao cotidiano dos sujeitos e, especialmente, das mulheres.

Ao retornarmos aos objetivos deste estudo, é possível compreender que a concepção idealizada de família se evidencia no imaginário da população global e brasileira, assim como a expressa requisição de seu papel nas políticas públicas se materializa, gerando um ônus ainda maior às mulheres, como destacamos. Deste modo, assistimos a requisição constante e inegável dessa instituição no campo do cuidado e seu papel crucial no funcionamento da engrenagem da proteção social.

3. CONCLUSÃO

Como um dos primeiros resultados do estudo, evidenciamos o papel histórico

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



desempenhado pela família na proteção social global e brasileira, família esta, que em muitas situações, se transveste na figura feminina. Por todos os cantos, vislumbramos famílias - e principalmente, mulheres, com um relevo a sua parcela racializada - que trabalham na sustentação da vida cotidiana, oferecendo sua mão de obra como um verdadeiro vetor para a reprodução social, especialmente em um contexto de pauperização das políticas públicas e de avanço da regressão neoliberal.

O desmonte das políticas públicas sob a égide do neoliberalismo e seus corolários - privatização, focalização e precarização - requisita a criação de um conjunto de estratégias, para a garantia da reprodução social, em um contexto de insuficiência de intervenções do Estado. Uma dessas estratégias se materializa na apropriação do tempo social das famílias.

Na realidade brasileira, diferentes políticas públicas têm mantido uma orientação que privilegia a participação das famílias. Este fato nos instiga a refletir como os serviços, projetos e programas se organizam a partir de expectativas pautadas nos papéis típicos da família imaginária, tida como funcional (BARCELOS, 2011). Concretiza-se, assim, uma expectativa do papel que as famílias irão assumir na política pública, papel este que quando não correspondido, qualifica-se como algo disfuncional, naturalizando a responsabilização dessa instituição e viabilizando a desresponsabilização do Estado.

4. REFERÊNCIAS

BARCELOS, Mariana. Silveira. A incorporação da família nos serviços de saúde: um debate a partir das concepções dos profissionais num hospital de alta complexidade. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



São Paulo: Cortez editora, 2007.

BERTELLI, Edilane; MOSER, Liliane. Que família é esta? Mosaico de diferenças, contradições, discriminações. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 16, n. 42, 2018.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez, 2005.

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Política de Assistência Social e a Posição da Família na Política Social Brasileira. Ser Social, Brasília, n. 12, p. 165-190, jan./jun. 2003.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova, São Paulo, n. 24, p. 84-116, 1991.

FERREIRA, Verônica Maria et al. Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. In: O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 12, N.2, P. 163-176, JAN./JUN, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Famílias e assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos Assistentes Sociais. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (Org.). Famílias e Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Janeiro: Lumen Juris, 2010b.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. Serviço Social & Sociedade, n. 124, p. 699-720, 2015.

MIOTO, Regina Célia; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

SKYMANSKI, Heloísa. Trabalhando com famílias. CBIA: São Paulo, 1992.

SOUZA, Bruna Cristina Faustino de; DE ALCÂNTARA, Ana Maria Santana; ACQUAVIVA, Graziela. POLÍTICA SOCIAL DE SAÚDE E FAMÍLIA: ENTRE A PROTEÇÃO E A RESPONSABILIZAÇÃO. Temporalis, v. 21, n. 41, p. 270-285, 2021.

STAMM, Maristela; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e cuidado: uma leitura para além do óbvio. Ciência, Cuidado e Saúde, Maringá, v. 2, n. 2, p. 161-168, jul./dez. 2003.

PROMOÇÃO



APOIO

